



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025 ATA APROVADA

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DÉCIMO PRIMEIRO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 18 dias do mês de novembro de 2025. Às 15h25min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 4.282/2023, 414/2024, 4.560/2024, 5.362/2024 e 7.681/2025, de autoria dos Vereadores João Wagner Antoniol, Maurício Delgado e Sargento Mello Casal, para discutir a situação do Plano de Assistência à Saúde (PAS/JF) dos Servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Juiz de Fora - Saúde Servidor. O Presidente leu o Ofício nº 317325, que comunica a ausência da Senhora Luciana de Oliveira Costa Mendes, Diretora Presidente do PAS, Plano de Assistência à Saúde, por motivo de tratamento de saúde. Leu ainda as justificativas de ausências da Companhia Mineira de Saúde, Consultoria, Auditoria e Administração em Saúde; da Secretária de Fazenda Fernanda Finotti; do Secretário de Saúde Jonathan Ferreira Tomás; do Diretor de Desenvolvimento e Expansão da Cesama Vinícius Azevedo Heckert; do Controlador-Geral do Município Diego Pessoa; da Ouvidora-Geral do Município Glória Maria de Oliveira; e do Procurador-Geral Marcus Motta. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta Audiência Pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta Audiência Pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal comentou que, depois de muita dificuldade, os Servidores puderam vir conversar com a Mesa Diretora e conseguiram marcar a data de hoje, dia 18/11, para fazer esta Audiência Pública, a qual já está sendo pedida há bastante tempo. Disse que se entristeceu muito ontem por conta da tentativa de esvaziamento desta Audiência por um sindicato com uma Vereadora. Falou que fez um cronograma a respeito de tudo para mostrar o que realmente está acontecendo no Saúde Servidor, o que está por vir e porque ainda não foi apresentado nenhum projeto. Comentou que há um sistema de ajuda ideológico. Afirmou que não está atacando ninguém, mas que essas são as percepções que ele teve e que irá apresentar. Citou a Lei nº 10.513, de 2003, que trata sobre a implementação do plano de saúde. Relatou que a Prefeitura já veio se preparando para ficar livre do Saúde Servidor desde o ano de 2021. Destacou que a Prefeitura aprovou a Lei nº 14.211, mudando a Lei nº 10.513, cujo § 2º do art. 1º da Lei nº 14.211 fala que o "Saúde Servidor poderá ser operado tecnicamente por empresa ou plano de saúde de assistência à saúde regularmente constituída e registrada na Agência Nacional de Saúde (ANS) de que trata a Lei nº 9.506 e suas alterações". Alegou que isso significa que a Prefeitura parou de aportar o dinheiro para o PAS torcendo para que algum plano o pegue. Pediu que seja colocada a sua apresentação preparada. Apresentou que, no dia 4/8/2021, houve uma conversa do então Secretário de Recursos Humanos Rogério com o Conselho de Gestão dos Servidores. Leu uma publicação do site do Saúde Servidor sobre essa reunião, falando que foram expostas as perspectivas do ex-Secretário para a sequência do ano para o plano, reforçando o objetivo de modernizar o PAS, além de buscar uma maior aproximação da Secretaria de Recursos Humanos com o plano. Mencionou que o Vereador João Wagner Antoniol já estava atento a isso e tinha tomado algumas ações anteriormente: informou que ele fez um pedido de audiência pública dia 18 de maio de 2023, porque ele verificou que, apesar do ex-Secretário Rogério estar planejando modernizar, não apresentou nenhum plano de mudança. Expôs que, em 9 de janeiro de 2024, houve mais um pedido de audiência pública, dessa vez do Vereador Maurício Delgado. Registrou que, no dia 22/5/2024, a Prefeita nomeou os membros do Conselho de Gestão e do Conselho Fiscal. Frisou que alguns membros desses conselhos são a Presidente da Administração



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025 ATA APROVADA

Direta, integrantes do Sinserpu (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juiz de Fora), do Sinágua (Sindicato dos Empregados nas Indústrias e Serviços de Purificação e Distribuição de Água e Serviços de Esgoto de Juiz de Fora/MG) e do Sinpro (Sindicato dos Professores de Juiz de Fora). Ressaltou que a posse demorou quase um mês para ocorrer, sendo no dia 4/6/2024. Relatou que quer mostrar que essas pessoas que estavam tentando esvaziar a audiência de hoje já estavam nos conselhos desde essa época. Apontou que, no dia 28 maio de 2024, o Vereador João Wagner Antoniol novamente fez um requerimento reforçando o pedido de audiência pública já feito por ele e, dia 25 de junho do mesmo ano, o Vereador Sargento Mello Casal fez um novo pedido de audiência pública. Pontuou que, dia 10 de janeiro de 2025, a Vereadora Roberta Lopes fez um pedido de informação a respeito do fato e, dia 13 de fevereiro de 2025, o Vereador Marcelo Condé solicitou também informações. Disse que, dia 24/2, o Presidente Zé Márcio Garotinho falou da necessidade de convocar alguns Secretários e fazer uma reunião na Casa, o que ocorreu dia 18/3/2025, tendo os Secretários ficado de apresentar uma proposta que até hoje os Vereadores estão aguardando. Quanto às movimentações do Sinserpu, mencionou que dia 30/5/25 fizeram chamamento para assembleia; dia 17/6 realizaram uma reunião; e dia 5/9 publicaram a respeito da falta de prestação de contas. Concluiu que o Sinserpu também não tinha qualquer informação sobre o PAS. Por fim, falou que dia 1º/10 ele fez novamente pedido de audiência pública. Em seguida, pediu para passar um vídeo, em que há falas sobre a dívida acumulada do plano, a convocação do Sinserpu para uma assembleia, a menção do sindicato de estarem tratando a situação com seriedade e um trecho da fala da Vereadora Cida Oliveira dizendo que o ideal é que esta audiência seja esvaziada. O Vereador Sargento Mello Casal disse que estudou muito o assunto e que acha que tem algumas coisas absurdas que precisam ser conversadas com os Servidores e que algumas coisas precisam ser mudadas, porém isso deve ser feito às claras com o Servidor e não fazendo leis aos poucos, "empurrando com a barriga" e colocando pressão psicológica nos sindicatos. Pediu que as pessoas abram mão de suas ideologias e alegou que o sistema está agindo ao lado da Prefeita Margarida Salomão. Falou que os Servidores estão passando vergonha na frente de hospitais e clínicas. Alertou os Servidores para se unirem para que não aconteça com o PAS o mesmo que aconteceu com o sistema do Instituto de Previdência da Polícia Militar. Afirmou que não quer embate, mas quer resolver o problema. Com a palavra o Vereador João Wagner Antoniol disse que tem um carinho muito especial pelo plano Saúde Servidor, até porque foi Diretor do plano no período de 2015-2016, então, afirmou, tem uma preocupação muito grande com os Servidores que são associados e demonstra essa preocupação desde o início do seu mandato. Contou que, em setembro de 2021, pediu que fosse criada uma comissão da Câmara para tratar do Saúde Servidor e, em 30 de setembro de 2021, foi feita uma comissão da qual ele era Presidente, tendo ainda como membros os Vereadores Zé Márcio Garotinho, Parda e Dr. Antônio Aguiar. Falou que essa comissão foi elaborada porque já tinha essa preocupação, pois mesmo quando trabalhou lá já tinha sinalizado para o Executivo que o plano era deficitário e não se sustentava, percebendo que a receita era muito menor do que a despesa. Afirmou que isso não é surpresa para ninguém. Declarou que não quer culpar nenhuma Administração, querendo apenas uma solução para os Servidores. Informou que pediu, em 2015, que a empresa Cia Saúde, administradora do plano, fizesse um cálculo autorial. Explicou que cálculo autorial são estudos estatísticos que demonstram a saúde financeira do órgão, no caso, do PAS. Mencionou que não pôde acompanhar se esse cálculo autorial foi feito, pois saiu da direção, mas foi um pedido que foi feito e elaborado. Contou que, na época, participavam do conselho todos os sindicatos e representantes das mantenedoras, como podem comprovar, afirmou, os Senhores Amarildo e Ednaldo, que estão presentes. Mencionou que o Vereador Sargento Mello Casal não colocou em sua apresentação, mas que, já no dia 27 de outubro de 2021, em seu primeiro ano de mandato, o Vereador João Wagner Antoniol pediu uma audiência pública, assim como pediu dia 18 de março de 2023, em 2024, e agora em 2025. Informou, ainda, que, neste novo mandato, pediu que fosse criada outra comissão, a qual está vigente, presidida pelo Vereador Dr. Antônio Aguiar, fazendo



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025

ATA APROVADA

parte ainda ele, Vereador João Wagner Antoniol, e os Vereadores Cida Oliveira e Maurício Delgado. Relatou que tem pessoas na sua família que são dependentes do PAS e que estão com dificuldade de usá-lo. Falou ainda de pessoas com tratamento oncológico, que é a sua bandeira, que estão com dificuldade de dar continuidade no tratamento, porque as clínicas de oncologia não estão aceitando mais o plano, estão descredenciando. Disse que a sua luta, nos anos de 2015 e 2016, era justamente para evitar o descredenciamento. Registrou que hoje está presente o Doutor José Laerte, ex-Vereador desta Casa, que representa a Santa Casa e sabe o quanto que a Saúde encareceu depois da pandemia. Ressaltou que o déficit que poderia ser controlado, depois da pandemia ficou incontrolável, porém isso não justifica a falta de proatividade de se buscar uma solução ou a falta de diálogo. Afirmou que qualquer mudança na lei que regula o Saúde Servidor tem que passar por esta Casa. Dirigindo-se ao Secretário de Recursos Humanos Matheus Jacometti, disse que sabe que ele está para apresentar uma solução, porém pediu agilidade. Solicitou também que o sindicato seja mais firme, que não peça para esvaziar a audiência pública na Câmara, afirmando que essa foi uma fala muito infeliz. Reforçou que não está buscando culpados, pois, se os há, são todas as Administrações que foram avisadas que o plano era deficitário e nada fizeram. Lamentou a ausência da Senhora Rita, do Cia Saúde, falou que ela é paga para estar aqui, e que, na sua ausência, tinha que ter enviado um representante. Mencionou que ele mesmo sempre que foi convocado como Diretor do plano de saúde para dar esclarecimentos a esta Casa ou a qualquer outro lugar ia pessoalmente, sem mandar representante, pois, se a pessoa está na função, ela tem que responder pela função. Reforçou que é muito vergonhoso para a pessoa chegar em um hospital e não poder ser atendido porque está descredenciado. Disse que hoje pode "contar nos dedos" quantos lugares estão aceitando o PAS. Falou que saúde é um bem muito caro. Relatou que ele mesmo tem um plano, militar, que está passando por dificuldades também, o Fuser. Contou que demorou três meses para pegar uma guia de endoscopia e de colonoscopia, mas conseguiu. Falou que não é culpa da Prefeita Margarida Salomão e sim das várias Administrações que foram "empurrando isso com a barriga". Mencionou o Senhor Luiz Fernando Sirimarco (Dida), um dos primeiros administradores do plano, afirmando que ele sabia desde o início que o plano daria problema financeiro. Declarou que é preciso cobrar do Executivo uma solução, seja ela qual for, não podendo ficar sem transparência e "enrolando". Reforçou seu pedido de agilidade para os Secretários Ronaldo Pinto, Secretário de Governo, e Matheus Jacometti de uma solução, para antes do final do ano. Disse que todos os Vereadores todos os dias recebem essa demanda em seus gabinetes, sendo que não é papel do Vereador pedir para passar alguém na frente, pois não podem decidir quem é prioridade. Enfatizou que esse papel é da auditoria do plano. Reforçou seu carinho pelo Saúde Servidor. Com a palavra, o Vereador Maurício Delgado, dirigindo-se aos Servidores presentes, questionou quem já chegou em um laboratório ou em uma consulta e não pôde ser atendido e disse que acha que todos já passaram por isso. Contou que o plano foi criado em 2003 pelo então Prefeito Tarcísio Delgado com o falecido Senhor Paulo Rogério. Disse que o plano não foi criado para dar lucro, mas sim para ser assistencial, para dar qualidade ao Funcionário Público. Falou que, por isso, a Prefeitura tem que contribuir, não fazendo mais do que a sua obrigação. Comentou que, em 2021, quando o então Secretário Rogério estava à frente da Secretaria e da Pasta, ele, Vereador Maurício Delgado, esteve com o Secretário, já preocupado com o plano, pois já havia, naquele momento, uma desassistência e a cotização de alguns serviços. Disse que citar essas datas é importante na cronologia do tempo. Relatou que, quando um Servidor precisa de tratamento oncológico, por exemplo, ele liga, enquanto Vereador, para o Secretário de Recursos Humanos e afirmou que liga quantas vezes os Servidores precisarem, porque é uma obrigação do plano dar assistência a essas pessoas. Mencionou que acha que os outros Vereadores também fazem o mesmo. Destacou que as pessoas pagam pelo plano, logo, é hora de cobrar. Comunicou estar aqui para escutar a Prefeitura a fim de saber o que vem de proposta. Relatou que desde o início dos trabalhos, a comissão que foi criada na Câmara "nunca se furtou no diálogo em autorizar ou permitir que o plano seja vendido". Acrescentou ainda que "isso foi,



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025

ATA APROVADA

desde o início, sem cogitação de todos os pares que estavam frequentando as conversas". Explicou que foi criado um grupo de trabalho, porém ele ficou de fora, não se importando, no entanto, pois tem certeza que todos os pares defenderão os Servidores Públicos. Sobre o prestador de serviço que encerrou suas atividades com o Município, falou que ele tem conta para pagar, tem 13º dos seus funcionários para arcar e fechará suas portas se não houver resposta sobre essa questão. Destacou que muitos deles são laboratórios pequenos, setores de imagens pequenos que vivem em função de dar serviço para o Saúde Servidor. Disse que vai ficar atento para ouvir a proposta que o grupo técnico ou o Executivo trará. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal perguntou para o Secretário, Conselho Fiscal e Conselho de Gestão do PAS por que não estão sendo lançadas no site da Prefeitura as atas de reuniões. Questionou ainda por que não está sendo lançado no site da Prefeitura o balancete do Plano de Assistência Saúde do Servidor. Disse que tentou achar essas informações e não conseguiu, criticando a falta de transparência. Falou que gostaria de verificar quando a Prefeitura parou de fazer aporte para o plano, porém não consegue. O Presidente informou que os Vereadores receberam uma carta aberta pelo futuro do Saúde Servidor, enviada pelo Movimento Juntos pelo Saúde Servidor. Fez coro à fala do Vereador Maurício Delgado de que nenhum dos 23 Vereadores é contra ou vai trabalhar contra o Saúde Servidor. Comunicou ainda que os Vereadores receberam também solicitação para adiamento desta Audiência Pública de hoje sob a alegação de preservação do plano. Disse que, há 2 anos, a Câmara vem recebendo pedido de audiência pública. Contou que foram criadas duas comissões e há solicitações de que não se faça audiência para preservar o plano e que será trazida uma solução. Falou que o último prazo que a Casa deu foi 5 de novembro, quando haveria a reunião final do grupo de trabalho para acompanhamento do plano. Explicou que, passada essa data, a audiência seria feita. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal questionou quem assinou a carta solicitando o cancelamento da audiência. O Presidente respondeu que esse pedido não foi feito por correspondência, tendo sido verbal. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal argumentou que precisa saber quem foi para verificar se essas pessoas estão no sistema também. O Presidente respondeu que verificará e falará para ele. Passou-se para os convidados da Mesa. Com a palavra, o Secretário de Recursos Humanos Matheus Jacometti contou que, quando foi formada a nova gestão, foi identificado o que já foi relatado pelo Vereador João Wagner Antoniol, de que o PAS apresentava algumas questões estruturais financeiras. Disse que imediatamente o Conselho de Gestão do plano foi chamado para que fosse feita uma análise de quais seriam os encaminhamentos a serem dados ao plano diante dos membros do Conselho de Gestão. Falou que foi entendido que o Conselho de Gestão seria o principal ator para entender o que tinha sido construído do plano até aquele momento e todas as tratativas que se dariam para a solução das questões que envolviam o Saúde Servidor. Comentou que isso foi feito em fevereiro deste ano, após diversas reuniões e que, quando chegou junho deste ano, foi proposto um grupo de trabalho composto por um fórum sindical que também tem assento no Conselho para que as análises em relação aos valores de mensalidade pagos, ao valor que é aportado pelo Servidor e ao valor que é aportado pelas mantenedoras, que inclui não só a Prefeitura como também as Indiretas e as Empresas Públicas. Comunicou que esse grupo de trabalho se reuniu aproximadamente em 15 reuniões técnicas para serem aprovadas as deliberações sobre o plano. Pontuou que a Câmara Municipal também abriu uma comissão para que isso fosse avaliado após a finalização desse estudo técnico feito pelo fórum. Informou que esse estudo técnico está em fase final de construção. Falou que o grupo de trabalho é composto pela Procuradoria-Geral do Município, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Governo, Sinserpu, Sinágua e o Sinpro. Reforçou que essas construções técnicas estão em fase final para, a partir das hipóteses técnicas que vão compor esse relatório final, discutir as decisões que serão tomadas pela Prefeitura, obviamente em diálogo com os sindicatos, com os funcionários e com a Câmara Municipal. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão afirmou que respeita muito os Secretários Matheus e Ronaldo, mas que, depois da fala do Secretário Matheus, ficou muito decepcionado. Disse que os Vereadores Sargento Mello Casal, Maurício



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025 ATA APROVADA

Delgado e João Wagner Antoniol poderiam vir hoje para brigar, mas eles demonstraram que querem apenas soluções, porém o Secretário em sua fala informou que após 4 anos foram feitas 16 reuniões e não apresentou uma proposta efetiva. Falou que sempre expressou, desde o primeiro dia, que entrou nesta Casa para lutar pelas comunidades e pelos Servidores Públicos. Contou que Servidores ligam para dizer que pagam o plano de saúde e ainda precisam desembolsar mais R\$ 400, R\$ 600, R\$ 700 para fazer um exame. Declarou que isso é um absurdo. Mencionou que algumas dessas pessoas pagam todas as suas contas em uma semana e na outra já não têm R\$ 1 na conta. Afirmou que é preciso discutir uma solução, mas não se pode deixar de pagar os prestadores, pois tem prestador que está desde o ano passado sem receber. Questionou por que isso está ocorrendo. Comentou que, em uma reunião, a Secretária Fernanda Finotti disse que, por lei, não se pode ficar 90 dias sem pagamento, então perguntou como existem pessoas que estão devendo desde agosto do ano passado. Expressou que a Secretária tinha que estar presente para responder isso. Mencionou que há um projeto de lei do Vereador Sargento Mello Casal que fala sobre o não comparecimento por 3 vezes do Secretário quando convocado, e disse esperar que os 23 Vereadores votem essa lei que estará em pauta esta semana. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal ressaltou que fica até difícil para os Vereadores da base da Prefeita tentarem ajudar com esse tipo de resposta dos Secretários. Declarou que aprendeu com seus mandatos que, quando se quer resolver uma situação política, é preciso vontade política; e é isso que não está vendo aqui da Prefeita Margarida Salomão através dos seus Secretários. Reforçou que não há transparência para saber por que a Prefeitura parou de aportar o dinheiro. Disse que o Secretário, em sua fala, não respondeu nada. Lembrou que perguntou sobre as atas das reuniões e ele não respondeu. Falou que ainda falta um Secretário se pronunciar e aguardará. Mencionou que um Secretário, que está aqui, uma vez disse: "nós não somos obrigados a responder o que vocês querem". Relatou que os Servidores estão todos os dias prestando o melhor serviço para a Prefeita Margarida Salomão e ela deixa de atender a parte de saúde desses Servidores. Contou que foi por esses dias fazer um exame e viu escrito que o laboratório não estava atendendo PAS nem Correios. Alegou que isso não é fácil para as pessoas do laboratório, visto que, além do dinheiro perdido, ele terá que encontrar esses Servidores sempre que for nos serviços públicos da cidade. Afirmou que a ausência de resposta é falta de respeito. Indagou como é possível ficar desde 2021 enrolando e chegar no final do ano de 2025 sem resposta. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado disse, com todo o respeito que tem pelo Secretário, que ele e os demais não saíram de casa para vir aqui hoje para uma audiência pública, a esta hora, para escutar cinco palavras e que nada está decidido. Reforçou sua pergunta em relação à previsão de pagamento dos prestadores. Falou que queria escutar que o funcionário público sairá daqui hoje com alguma esperança. Disse que esperará alguma resposta ainda do Secretário Ronaldo ou do sindicato, se não, esta Audiência não tem propósito. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol, dirigindo-se ao Secretário de Governo e ao Secretário Matheus, com todo o respeito, reafirmou que é preciso que essa planilha saia do papel e seja apresentada para os Servidores e para o Conselho. Disse que não se pode empurrar esse problema para 2026, pois é necessária uma sinalização do futuro do plano de Saúde Servidor. Falou que o grupo de trabalho precisa apresentar o trabalho e pediu que a Prefeitura trate isso como prioridade dentro dos recursos humanos. Declarou que é preciso saber o retrato financeiro do Saúde Servidor, hoje e aqui. Pela ordem, o Vereador Dr. Antônio Aguiar contou que também é constantemente procurado por conta dessa questão, que aflige mais de 11.000 pessoas. Disse que faz parte da Comissão do Saúde Servidor e que foi solicitado pela comissão que os membros participassem dessas discussões para que soubessem o que estava sendo conduzido pela Prefeitura e para ajudar a construir uma solução. No entanto, falou que foi negada a participação dos Vereadores nesse processo, assim, estão na mesma situação, sem saber o que vai acontecer. Registrou que também tinha uma expectativa de que os Secretários apresentassem pelo menos uma planilha ou algo assim. Contou que, no primeiro Governo do ex-Prefeito Bruno Siqueira, disse para ele que três questões lhe eram muito caras: a questão racial, a



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025 ATA APROVADA

questão da deficiência e a questão do Servidor Público. Comentou que, quando a Prefeita Margarida assumiu o primeiro mandato, reiterou a ela essas posições. Reforçou, por fim, essa declaração no Plenário e afirmou que os Servidores podem ter certeza de que ele zelar integralmente pela preservação e pelo direito deles. Dirigindo-se ao Secretário Ronaldo, explicou que seu interesse na participação desse processo é o de ajudar e o de construir. Disse que este é um momento de reflexão e que acha a condução da situação equivocada, tendo sido um erro estratégico, porque é a esta Casa que o Servidor se dirige para reclamar. Pela ordem, o Vereador Negro Bússola falou que a forma como está sendo tratada a saúde no Município é de envergonhar. Afirmou estar do lado do Servidor. Pontuou que ele e os Secretários são transitórios, mas que ele está ali porque o cidadão o elegeu e os Secretários foram nomeados pela Prefeitura. Disse que a estão vai passar, mas o trabalho eficaz do Servidor vai permanecer. Agradeceu pela existência de cada um dos Servidores. O Presidente ratificou que nenhum dos 23 Vereadores deixou de defender, em nenhum momento, o Saúde Servidor e que o que foi feito até hoje foi a tolerância para preservação do plano. Com a palavra, o Secretário de Governo Ronaldo Pinto Júnior saudou a comissão dos Vereadores com a qual disse já ter se reunido três vezes este ano na Câmara para tratar sobre o PAS. Concordou que é preciso compartilhar sobre o andamento dos trabalhos e apresentar uma saída que garanta uma vida longa ao plano, consolidando-o como um direito para os Servidores, sem necessidade de outras audiências públicas, comissões ou grupos de trabalho. Afirmou que estão tentando achar uma saída que não seja paliativa. Informou que o grupo de trabalho foi constituído a partir da demanda apresentada pelo Fórum dos Servidores Públicos, que tem alguns sindicatos representados aqui. Explicou que a Prefeitura recebeu um ofício em meados de maio ou junho provocando uma mesa de conversa entre o Poder Público e os Servidores. Comunicou, antes de tudo, que o agendamento de audiências públicas não passa pela Prefeitura. Falou que foi apresentada uma proposta para esse clube de trabalho na sexta-feira e tinham previsão de tentar consolidá-lo nesse final de semana para apresentar aqui. Disse que a intenção é tentar votá-lo o quanto antes, porque já possuem os levantamentos que precisavam ser feitos. Esclareceu que pretendem unir as propostas apresentadas pela Prefeitura, pelo Fórum Sindical e pelos prestadores de serviço da saúde, porque essa saída tem que ser articulada e construída pela mão de todos, como dito pelo Vereador João Wagner Antoniol. Disse que pode ser que a proposta precise de revisão legislativa e pediu apoio da Câmara para votar isso. Também ressaltou que precisa da concordância dos Servidores, informando que o grupo dos sindicatos tem levado esse debate para as bases. Frisou que é preciso com urgência atualizar os valores dos repasses de todas as mantenedoras, aumentando esse repasse. Avisou que os Secretários estarão disponíveis após a audiência para conversar com quem quiser. Voltando ao repasse, disse que isso é um consenso, inclusive entre os Vereadores. Destacou que hoje a Prefeitura é quem dá o maior aporte, mas isso não basta para que o plano seja sustentável. Esclareceu que há mantenedoras que dão aportes mais baixos e algumas nem aporte dão, logo, isso será conversado com elas. Contou que, em segundo lugar, entendem que o plano precisa rapidamente apresentar a continuidade dos serviços, por isso, estão trabalhando com projeções para o plano funcionar em 100% da sua potencialidade, acabando com as cotas e as restrições. Entretanto, avisou que tudo isso tem um custo. Falou ainda que o plano tem uma empresa de consultoria contratada de 2005, porém até hoje ela não contribuiu para apresentar alguma saída. Afirmou que é um consenso entre todos que estão trabalhando nisso que a gestão do plano deve ser fortalecida com a composição do seu Conselho Diretor e do seu Conselho Fiscal. Disse que o Conselho precisa voltar a ter uma dinamicidade de acompanhamento dessas demandas, porque inclusive o que faz o preço do boleto aumentar no final do ano, na época do reajuste, é a administração desse legado do ano anterior. Esclareceu que muitos prestadores quando veem que está tendo muita demanda pela Prefeitura, decidem aumentar o valor do serviço, deixando o Executivo a mercê desse tipo de relação comercial. Assegurou que querem garantir que a lei que versa sobre o direito à saúde do Servidor, de 2003, seja cumprida independente da negociação com



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025

ATA APROVADA

o prestador. Informou que o Secretário Matheus já tem uma agenda de relações com os prestadores. Reconheceu o trabalho dos Servidores que estão no grupo, que foram chatos, brigaram e garantiram o máximo de transparência. Falou que para resolver o passivo, precisarão da ajuda dos Vereadores e do orçamento público municipal, que é aprovado aqui todo final de ano. Reforçou que a Administração quer garantir que o plano comece a funcionar na sua integralidade. O Presidente, dirigindo-se ao Secretário de Governo, informou que há pessoas acamadas e doentes que estão assistindo à audiência pela TV Câmara e pelo YouTube que dependem urgente de atendimento. Disse que o Secretário falou em negociação com prestadores e com acabar com as cotas, porém é necessário que um prazo seja dado até o final da audiência. Reforçou que os gabinetes dos Vereadores recebem a semana inteira pessoas que dependem de quimioterapia, radiologia e vários outros exames e elas precisam desse prazo. Pela ordem, O Vereador Sargento Mello Casal disse que a maior injustiça é o cidadão pagar e, na hora do exame, não ser atendido. Criticou que o Secretário não falou sobre as atas e sobre valores gastos e arrecadados. Disse que depois querem passar um projeto de lei de qualquer maneira, mas afirmou que ninguém votará favorável, com a Prefeita saindo derrotada, como foi no projeto do IPTU, do ITR, entre outros. Mencionou que os laboratórios estão sem receber aproximadamente R\$ 300 mil. Declarou que, para viajar, a Prefeitura tem dinheiro; para pagar, não. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado reforçou que é preciso um prazo para que as pessoas saiam daqui com alguma resposta efetiva. Pela ordem, o Vereador André Luiz Vieira declarou que, se quiser que esse problema seja resolvido para os próximos 4 anos, a data limite é dia 12 de dezembro, pois será o dia da votação da LOA (Lei Orçamentária Anual) e do PPA (Plano Plurianual). Explicou que esse orçamento é o que define a prioridade, onde será gasto o dinheiro. Pela ordem, o Vereador André Mariano disse que esta Casa vem recebendo críticas sobre essa questão do Saúde Servidor há muitos anos e é um problema que todos os Vereadores estão empenhados em ajudar. Lembrou aos Secretários Ronaldo e Matheus que, no início do ano, houve aqui uma reunião para tratar desse assunto e buscar uma solução e, agora, ainda não há resposta concreta alguma. Afirmou que os Vereadores do PL darão muita atenção a essa situação, assim como os demais Vereadores. Afirmou que essa situação será resolvida com o Executivo. Pela ordem, o Vereador Cido Reis comunicou estar atento e disse que essa questão do PAS é recorrente. Falou que a audiência pública ajuda a dar celeridade ao processo, resolvendo a questão. Declarou que a participação dos Vereadores é muito importante. Sugeriu que haja um Vereador representando a Câmara nas reuniões do Conselho. Reforçou a questão do prazo, da LOA e do PPA. Declarou esperar que, ao falar do repasse, o Secretário Ronaldo não queira dizer que vá ter aumento no valor para o Servidor. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes contou que o PAS foi uma das principais demandas que recebeu nos primeiros 10 dias do seu mandato. Falou que fez um encaminhamento para a Prefeitura de Juiz de Fora pedindo esclarecimentos e até hoje não obteve resposta. Fazendo coro aos pares, disse que houve reunião com os Secretários Matheus e Ronaldo em março e que eles prometeram encaminhar todas as planilhas com os dados e as informações concretas sobre a real situação do plano, porém até hoje os Vereadores não receberam, logo, não acredita em uma gestão que traz diversos prazos. Declarou que não é a primeira audiência pública que participa em que ela se sente enganada, porque os Secretários não trazem esclarecimento, não prestam contas, não trazem soluções, vindo apenas para fazer propaganda partidária e para enganar mais uma vez tanto o povo de Juiz de Fora quanto os Vereadores. Comunicou que não tem mais paciência para aguardar prazos e que essa solução tem que ser apresentada hoje, pois foi para isso que a audiência pública foi pedida. Mencionou que, algumas semanas atrás, a Prefeitura estava fazendo propaganda na rede social, parabenizando os Servidores, mas o valor real que ela deveria estar dando seria o cuidado à vida e à saúde destes. Reforçou a fala de que, para viajar, fazer propaganda, pagar publicidade em rede e nos sinais, o dinheiro não falta. Assegurou que não descansará enquanto o Executivo não trazer esses dados e que, se tiver que judicializar isso, ela o fará. Pela ordem, o Vereador Marcelo Condé disse que é Médico e atende, assim como sua família, muitas das pessoas



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025 ATA APROVADA

presentes aqui. Falou que eles estão na mesma situação de hospitais e outros Médicos que não recebem há anos, mas que nunca negaram atendimento a ninguém, pois entendem que saúde vem em primeiro lugar. Falou que o PAS não é um plano de saúde e sim foi criado com o objetivo de ser um plano assistencial de saúde. Explicou que o valor é reduzido e o aumento desse valor não chega para o Servidor, diferente de um plano de saúde. Contudo, declarou que houve má gestão e a situação chegou a um ponto insustentável. Contou de várias pessoas que chegavam na porta do hospital precisando de internação e não conseguiam, mas, sendo Vereador, conseguiu a internação delas. Falou que todos os Vereadores não aceitarão aumento para o Servidor. Disse que entende que existem dificuldades, mas que são 11.000 vidas. Comunicou que pediu uma reunião com os Secretários e trouxe clínicas que se descredenciaram e são importantes, pois onde morre gente é justamente na área de cardiologia, oncologia e pediatria, mas a atenção não foi dada. Afirmou que dia 12 tem que haver essa resposta e o plano a ser apresentado tem que ser regido pela lei que o criou. Atentou para as dívidas anteriores que precisam ser pagas. Colocou-se à disposição. Frisou que, mesmo sendo Vereador, não recebe dinheiro do Saúde Servidor há anos. Pela ordem, o Vereador Marlon Siqueira parabenizou os hospitais, os Médicos e todos aqueles que lidam com a saúde da cidade de Juiz de Fora, principalmente em relação ao plano Saúde Servidor, porque a dívida chegou a R\$ 30 milhões. Falou que se não fosse o esforço desses Médicos e hospitais e o pensamento de que estão tratando vidas, eles não esperariam porque têm contas a pagar. Pediu que esta Audiência tenha o objetivo de solução e que as pessoas saiam daqui com datas firmadas pelo Executivo. Com a palavra, a Senhora Deise Medeiros, Presidente do Sinserpu (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juiz de Fora), agradeceu o convite. Mencionou que a Casa está lotada e não podia ser diferente, visto que o assunto é de interesse do Servidor Municipal. Informou que também utiliza o Saúde Servidor, logo, também está sendo afetada pela inoperância do PAS. Contou que antes de assumir a presidência do sindicato, sua campanha já abordava o Saúde Servidor. Disse que, no dia 10 de abril de 2024, foram indicadas duas pessoas para comporem o Conselho de Gestão do PAS, o qual é composto por 5 sindicatos: Sinpro, Sinserpu, Sinágua, Senge (Sindicato de Engenheiros) e Sindicato dos Médicos. Falou que o Conselho ainda possui 5 representantes da Prefeitura. Explicou que a gestão é feita pelo Conselho, porém o crivo final é do Secretário de Recursos Humanos, baseado na lei. Afirmou que isso é uma falha na criação do plano. Lembrou que já foi falado por várias pessoas aqui que o PAS já estava com problemas graves desde 2021. Mencionou que, pelo Decreto nº 14.160, de 30 de outubro de 2020, o Conselho deve se reunir a cada 30 dias, porém, na data do dia 16 de outubro de 2024, somavam-se 72 dias sem reunião. Contou que foi enviado um ofício endereçado à presidência do Conselho do PAS, que na época era a Senhora Aline, solicitando que fosse agendada essa reunião, e, passados 15 ou 20 dias, a reunião aconteceu, porém começaram reuniões em que nada de substancial era apresentado. Mencionou que não houve nenhuma reunião do Conselho Fiscal neste mandato. Disse que dia 5 de novembro de 2024 foi enviado outro ofício pelo sindicato com o Conselho de Gestão e o Conselho Fiscal solicitando que fosse encaminhada uma atuária dos últimos 3 anos, que fosse realizada reunião e que fossem apresentadas as informações sobre cotas, ou seja, como foi determinada, qual era a medida e de onde saiu. Falou que o Secretário de Recursos Humanos da época, Senhor Rogério Freitas, tomou medida unilateral e impetrou as cotas. Narrou que meses depois foi apresentada uma atuária que não retrata a realidade do PAS. Falou que os sindicatos se uniram, dia 13 de novembro, para fazer um requerimento administrativo solicitando os 3 últimos cálculos atuariais; informações sobre medidas administrativas e judiciais acerca do desvio financeiro que foi impetrado outrora no PAS por uma pessoa de outra gestão; informações sobre a existência de dívida da Amac, porque se alegava que havia uma dívida milionária que precisava ser paga; e informações sobre a análise dos cálculos. Destacou que sua fala é importante para mostrar as medidas que o Sinserpu tomou em relação ao PAS, demonstrando que não se omitiram em nenhum momento. Disse que, em 28 de novembro, receberam as respostas. Sobre os cálculos atuariais, foi enviado um resumo dos estudos atuários de



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025

ATA APROVADA

2019 a 2023, mostrando que o PAS tinha um faturamento pendente em 2019 por volta de R\$ 310.000, com 100% de uso do plano; em 2022, esse valor passou para R\$ 1.930.000, com 93,7% de uso; e em 2023, ele passou para R\$ 5.650.000, com 114% de uso. Em relação ao desvio do PAS, foi informado que foi feita uma ação civil pública na esfera administrativa, a pessoa foi destituída do cargo e que foi feito um DAM (Documento de Arrecadação Municipal) no valor de R\$ 687.826,45, o qual ela não pagou, tendo sido inscrita na dívida ativa; na esfera judicial, foi feita uma ação civil de improbidade administrativa, o que até o momento não teve resultado. Sobre a Amac, leu que existe um valor em aberto, de 2024, de R\$ 3.500.000, tendo a Administração realizado contatos formais para regularização; no entanto, a Amac não possui condições financeiras. Ressaltou, contudo, que essa dívida é da Prefeitura, que estava "jogando no colo" da Amac. Relatou que, em 2 de dezembro de 2024, novamente os sindicatos unidos enviaram outro ofício para a Prefeitura pedindo mais esclarecimentos e com um prazo de 5 dias, a contar do recebimento, pois, caso não houvesse resposta, entrariam com uma medida judicial: um mandado de segurança. Falou que, como não obtiveram resposta, entraram com o mandado dia 16 de dezembro, porém o mandado foi indeferido em fevereiro. Leu todas as coisas que foram requeridas no ofício e explicou que o juiz indeferiu o mandado de segurança alegando que eles não tinham autonomia e propriedade para impetrar mandado de segurança solicitando essas documentações do PAS. Avisou que estão recorrendo. Informou que dia 22 de janeiro pediram uma reunião urgente com o Secretário Matheus Jacometti, que não foi marcada; dia 24 de março souberam da Comissão formada pela Câmara e solicitaram ao Presidente do PAS a participação do Conselho pra participar da Comissão, porém não obtiveram resposta; dia 26 de março enviaram o mesmo pedido para esta Casa, em nome do Presidente da Câmara, o que também não tiveram retorno; e, no dia 3 de abril de 2025, o Sinserpu mandou outro ofício para a Presidente do PAS solicitando alguns dados, como quantidade de vidas, beneficiários ativos estratificados por faixa salarial, beneficiários ativos distribuídos por faixa etária, custo médio mensal per capita e por faixa etária. Informou que também não tiveram resposta. Disse que, no dia 10 de junho de 2025, o Fórum Sindical marcou uma reunião com a gestão e solicitou que fossem entregues essas documentações e a gestão aceitou a proposta da construção de um GT (Grupo de Trabalho). Declarou que o PAS é uma conquista histórica do Servidor e que esta não pode ser perdida, principalmente diante dos desmontes que estão sendo feitos em nível municipal, estadual e nacional. Contou que, com o GT, conseguiram as documentações e só então conseguiram avançar. Falou que, desde então, o GT tem trabalhado muito, com muita responsabilidade e seriedade. Concluiu dizendo que o Sinserpu entrou com uma denúncia no Ministério Público em novembro, fazendo todas as denúncias sobre as irregularidades relacionadas ao plano Saúde Servidor. Reforçou, assim, que não houve inoperância ou ineficiência do sindicato, mas, sim, limitação. Declarou, por fim, que o sindicato tem feito manifestações públicas em todos os momentos que puderam levando a bandeira do PAS. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal declarou que não quer falar sobre questões ideológicas, mas disse que está na Casa há 8 anos e os sindicatos da época do Bruno e do Almas eram muito diferentes, pois faziam greve, colocavam carro de som na frente da Câmara, iam na porta dos hospitais e das Secretarias. Falou que quer esse sindicato aguerrido de volta e não apenas mostrando papel, porque isso é muito fácil. Pela ordem, o Vereador João Wagner Antoniol disse que não poderia ficar calado com a fala da Presidente do sindicato Deise dizendo que esta Casa está sendo omissa em relação ao assunto. Lembrou que os Vereadores apresentaram vários documentos aqui e afirmou que a Câmara está fazendo o papel dela, inclusive com esta Audiência Pública, dessa forma, o sindicato tem que cobrar do Governo. Reforçou que os 23 Vereadores estão lutando pelo Saúde Servidor. Pela ordem, a Vereadora Cida Oliveira, dirigindo-se aos Servidores presentes, apontou para a defesa do PAS. Contou que, desde 2003, ano da criação do plano, está na luta através do Sinpro. Falou que a representação está boa, mas não é o suficiente. Comentou que ontem viu uma apresentação da comissão composta pelos sindicatos informando que grande parte dos usuários do plano tem mais de 60 anos. Mencionou ainda que as



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025

ATA APROVADA

pessoas da faixa salarial de 16 a R\$ 18.000 estão pagando um valor muito aquém. Citou uma pessoa que não conseguiu fazer um procedimento de saúde pelo PAS e foi procurar outro plano, tendo encontrado o mais barato por R\$ 200 para ele e R\$ 1.200 para a esposa. Falou que isso a preocupou. Afirmou que é preciso defender o PAS. Disse que a comissão formada dia 10 de junho vem trabalhando arduamente. Elogiou o Senhor Kalam, que fará uma fala a seguir, dizendo que sabe da competência e da responsabilidade dele e de todos os outros que estão defendendo o PAS incansavelmente. Com a palavra, o Senhor Roberto Kalam, do Sinpro, demonstrou-se feliz com a fala inicial do Vereador João Wagner Antoniol e do Vereador Maurício Delgado, pois manifestaram sinceramente que este espaço é um espaço de construção, já que não há interesse outro que não seja o de garantir a qualidade do PAS. Disse que, na assembleia do dia 10 de junho, o primeiro ponto defendido pelo conjunto das entidades sindicais foi que não se abria mão da natureza do plano, que é um plano de autogestão, não aceitando que ele seja repassado para qualquer tipo de operadora privada. Afirmou que todos os representantes das entidades sindicais se despojaram de todas as tarefas para adentrar em uma profunda discussão sobre plano de saúde. Destacou que ninguém aqui é especialista. Sobre a fala do Vereador André Luiz Vieira a respeito da lei orçamentária, disse haver um equívoco. Pontuou que a Prefeitura não é a única mantenedora, sendo também Demlurb, Empav, Emcasa, Câmara etc., ou seja, são várias as mantenedoras que têm a responsabilidade de fazer um aporte mensal para esse plano, de cerca de R\$ 447 mil. No entanto, apontou que há um problema dos aportes não serem padronizados, além dos valores não estarem atualizados. Disse que perceberam situações em que há segurados sem qualquer vínculo com a Prefeitura e sem ser dependente de alguém com vínculo. Falou que isso precisa ser resolvido. Apontou que outra questão é a mensalidade, que é de 8% do salário do Servidor, porém o teto é de R\$ 550, isto é, quem recebe menos paga os 8% e quem recebe mais paga um percentual menor. Lembrou ainda que quanto mais idoso, mais o plano é usado. Falou que entende que seria mais correto estabelecer uma única tabela de faixa etária, garantindo equidade. Mencionou que toda a análise das planilhas foi feita manualmente, o que deu muito trabalho, principalmente considerando que não há especialistas no grupo. Informou que, segundo explicado pela Prefeitura, são cerca de 490 prestadores de serviço e todos PJ. Falou que a sugestão do GT é criar grupos (de Médicos, prestadores, clínicas, laboratórios, hospitais) para estabelecer um canal de negociação sobre o custo dos serviços prestados. Anunciou que o reajuste da mensalidade tem que acontecer, como acontece com todo plano, porém a taxa de utilização não pode recair só sobre o usuário, tendo que recair também sobre as mantenedoras em relação ao aporte anual. Declarou, ainda, que é preciso, coletivamente, Prefeitura, sindicatos e Câmara, rediscutirem a composição do Conselho de Gestão para fazer com que ele aumente suas atribuições e responsabilidades, garantindo transparência na prestação de conta. Por último, informou que o GT leu o contrato com a Cia Saúde e há várias atribuições que não são cumpridas, assim, disse compartilhar da opinião de que há uma má gestão por parte da empresa, que deveria gerir com transparência, prestando conta de tudo que está ocorrendo para os sindicatos, o Conselho de Gestão, o Conselho Fiscal e a Prefeitura, para não ocorrer o que já aconteceu, que foi o desvio de mais de 1 milhão de reais. Mencionou que o tempo gasto foi para ter o correto diagnóstico do problema, pois só assim pode haver solução. Falou da necessidade de garantir uma forma de mitigar, a curto prazo, a negação de atendimento, estabelecendo critérios, como gravidade da situação. Disse que a construção é coletiva e que é preciso saber o que a Prefeitura está pensando em termo de passivo anterior, pois há uma dívida acumulada que precisa ser sanada. Comunicou que tem gente que vem para provocar, mas que a luta dos trabalhadores quem pauta são os trabalhadores. Pediu cautela, pois tem gente que fala que defende Servidor, mas fez entrevista com pessoa na cadeia falando que quebraria perna de Guarda Municipal em Juiz de Fora. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal comentou que o Professor Kalam estava sumido e que, depois de 5 anos que a Prefeita dele está no Governo, ele voltou. Disse que estava até concordando com ele em algumas coisas. Questionou se, já que ele sabe de todos esses diagnósticos e o que tem que ser feito, por que nada



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025 ATA APROVADA

foi feito. Destacou que os problemas existem desde 2021, desde que o Senhor Rogério, apoiado por eles, estava no RH. Mencionou que o Senhor Kalam antes era um "leão", quando os Prefeitos eram outros, e agora vem aqui que nem um "gatinho". Reforçou que bastava fazer um indicativo de greve e reiterou que não se pode esperar mais Servidor bater em porta de exames clínicos. Com a palavra, o Senhor Edinaldo Sidlei Ladeira Ramos, Presidente do Sinágua, disse que já está no plano há mais de 15 anos. Falou que o sindicato já apontava lá atrás que precisava reajustar a mensalidade, porém o Executivo ficou vários anos sem correção inflacionária. Comentou que, na Cesama, eram 720 pessoas, porém hoje são 480, ou seja, muitas pessoas deixaram de contribuir para o plano; sem falar da Amac, do Demlurb, da Prefeitura, dos Professores etc. Falou que o estudo que está sendo feito pelo GT não é algo tão simples: são várias reuniões, informações desencontradas que tem que organizar. Concordeu com tudo que foi dito aqui por Vereadores e sindicalistas e com o que será dito ainda. Mencionou que é funcionário há 29 anos da Cesama e está sofrendo o mesmo que os outros Servidores. Contou que há 3 anos o Sinágua foi procurado pelo Presidente da Cesama para tirar os funcionários do Saúde Servidor e ter outro plano, mas ele foi contrário, pois acredita na união para melhorar o plano. Comentou que o sindicato foi destituído na administração do ex-Prefeito Bruno. Afirmou que o sindicato é combativo sim, bastando só provocar. Disse que não vê problema em parar, como sugeriu o Vereador Sargento Mello Casal. Mencionou que operou e está aqui porque acredita no que defende. Deixou um recado para a Prefeita que, se não o receber para conversar, o sindicato vai parar. Afirmou que é concursado e não tem "rabo preso" com ninguém. Disse que o plano está em um "buraco sem fundo" pelo que vem vindo da dívida. Apontou que existe uma dívida da Amac que não é de ninguém, ninguém quer pagar. Disse que o roubo ninguém vai pagar também porque a Servidora, contratada, não tem condição. Falou que o plano está caminhando. Mencionou que é Vice-Presidente do Conselho, que já pediu inúmeras reuniões com a Prefeita e também recebeu várias reclamações das pessoas. Disse que seu celular toca dia e noite. Afirmou que já foi eleito pela quinta vez não é à toa, pois tem compromisso com o Servidor. Comunicou que o GT aceita negociação, aumentando o aporte das mantenedoras, Prefeitura, Cesama, Câmara, e aumentando um pouco para os Servidores. Declarou que é obrigação do sindicato apoiar as decisões, mesmo que elas sejam duras. Assegurou que não está aqui para defender a Prefeita Margarida. O Presidente pediu autorização dos pares para realizar a Reunião Ordinária 5 minutos após a conclusão desta Audiência Pública, sendo o pedido votado e aprovado. Pela ordem, o Vereador João do Joaquinho contou que este é o seu quarto mandato e usa o Saúde Servidor. Disse que o plano está com problema gravíssimo, mas que é preciso dar um jeito nisso. Mencionou que a Prefeitura, como gestora, tem o poder de chamar todos os participantes e trazer uma resposta para salvar o plano. Falou que nas considerações finais do Secretário Ronaldo ele tem que informar um prazo. Citou que foi fazer um checkup e foi "jogado" para o início do mês. Afirmou que todos os Vereadores estão compromissados com esta questão, mas que não depende só deles, precisando a Prefeitura fazer a parte dela. Parabenizou os que estão na luta e disse acreditar que a Prefeita Margarida ajudará a salvar o plano, visto que ela está fazendo tanta coisa para Juiz de Fora. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra, o Senhor Amarildo Romanazi disse que veio com muita coisa para dizer, mas depois que ouviu a gestão se manifestar, confessou que ficou frustrado e sem entender. Lamentou a falta de posicionamento da gestão em uma audiência desta importância. Falou que a declaração dos Vereadores e da gestão de que estão todos a favor do plano e que vão defendê-lo é o que os Servidores queriam ouvir. No entanto, questionou quando isso ocorrerá, principalmente levando em conta que o orçamento para 4 anos será votado dia 12. Mencionou que, em 2001, era candidato na eleição do sindicato e tinha como proposta a criação desse plano. Falou, contudo, que não conseguiu convencer a gestão da época de fixar um aporte em cima da receita do Município. Narrou que todos os anos posteriores à criação do plano, voltava a essa tentativa. Sugeriu que a Câmara, já que fará uma lei para obrigar Secretário a comparecer na Casa, faça também uma lei para determinar que X% da arrecadação do Município seja para o plano, acabando, assim, com esse



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025 ATA APROVADA

problema. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão informou que o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, Vereador Juraci Scheffer, não pôde estar presente, mas que ele, Vereador Tiago Bonecão, e o Vereador Marlon Siqueira também são membros da comissão. Colocou-se à disposição para receber os Servidores, a qualquer dia e hora, até o dia 12, a fim de acharem uma solução. Com a palavra, a Senhora Mara Lúcia Soares agradeceu a todos os Servidores que fizeram esta Audiência acontecer. Disse que foram muitos pedidos e muitos gabinetes por onde passou. Falou que apenas 4 Vereadores responderam: João Wagner Antoniol, Maurício Delgado, Sargento Mello Casal e Negro Bússola. Assim, afirmou que esta Audiência mostra o poder que os Servidores têm. Desejou que esse poder seja usado na época da campanha salarial também, pois não será fácil, já que a Prefeitura responde que não tem dinheiro e que atingiu a meta. Criticou que, para rodar carro na cidade, colocar placa, fazer viagem à China, colocar enfeite de Natal, tem dinheiro. Mencionou que são os Servidores que estão na linha de frente da Prefeitura e são eles que adoecem por causa disso, mas, na hora que precisam, não conseguem atendimento. Mencionou que já foi atendida por alguns Secretários presentes e a resposta é sempre que não estava na gestão anterior. Falou que a Margarida já está na Prefeitura há 5 anos e questionou por que ela não fez como o sindicato: analisou planilhas, colocou no papel, mostrou a dívida e trabalhou em cima disso. Assim, afirmou, haveria uma resposta hoje para os Servidores. Pela ordem, o Vereador André Mariano, dirigindo-se à Senhora Maria Lúcia, falou que não recebeu nenhuma mensagem dela ainda. Disse que sabe que ela soma com o seu partido, PL, e que ela, assim como outros, podem contar com ele sempre que precisar. Com a palavra, a Senhora Ana Maria Nascimento Rocha contou que fazer consulta continuada com o mesmo Médico é muito importante, principalmente para quem faz acompanhamento psicológico, informando que já trocou 3 vezes de Psiquiatra. Falou que está sem assistência médica de várias outras especialidades também e que o Vereador Dr. Marcelo Condé a atende há 20 anos mesmo sem receber pelo Saúde Servidor, porém ressaltou que nem todo mundo tem condições de prestar atendimento de graça. Contou, ainda, que está com um sangramento há 6 meses e só conseguiu marcar colonoscopia dia 8 de janeiro de 2026. Questionou o que acontecerá se ela estiver com uma situação grave. Pediu que os responsáveis paguem os prestadores e pensem nos Servidores, pois são vidas e não pedaços de papel. Com a palavra, o Senhor José Eduardo reclamou que foi fazer um exame de sangue e foi informado que a cota tinha terminado, tendo que pagar o exame com dinheiro do próprio bolso. Falou também que está precisando fazer um exame urgente de coração e não está conseguindo. Agradeceu às pessoas que se pronunciaram hoje e disse que refletirá sobre eles. Com a palavra, a Senhora Lucileia Pereira disse que seu salário bruto é de R\$ 3.000, recebendo na boca do caixa R\$ 2.600. Contou que paga o Saúde Servidor, por faixa etária, R\$ 1.000. Informou que não está aqui enquanto sindicato para defender Prefeitura, mas, sim, para defender o seu direito do plano Saúde Servidor. Mencionou que está tentando há um mês, ligando para laboratórios, porque sua filha precisa fazer um hemograma, mas não consegue. Relatou, ainda, que vai para a fila da UBS quando precisa de consulta médica porque às vezes é mais rápido por lá do que pelo plano. Afirmou que hoje não é dia de se atacarem. Declarou concordar com o GT e o parabenizou por seu trabalho, porque não é fácil pegar toda a documentação e destrinchá-la, tentando descobrir da onde que as contas vêm sem as atuárias. Parabenizou também a Câmara por ter realizado esta Audiência. Falou que o momento é de união para salvar o PAS. Afirmou que é preciso cobrar da Prefeitura uma resposta e que sabe que hoje a Prefeitura não dá o aporte necessário para o plano. Expressou que acredita que conseguirão salvar o PAS, porque está no plano desde 2003, sendo sócia fundadora do plano, então não admitirá a perda dele. Com a palavra, a Senhora Denise Medeiros narrou que fez o plano assim que entrou no Município, há 20 anos, e que o PAS era excelente. Disse que, a seu ver, o Município é o maior responsável pelo estado em que o plano está hoje, porque ele é a mantenedora com mais quantidade de vidas seguradas, assim, o Município deve, sim, arcar com um montante maior. Falou, no entanto, que os Vereadores são corresponsáveis também, porque os Vereadores fizeram diversos documentos, por muito tempo, e



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025 ATA APROVADA

não foram respondidos. Mencionou que um Vereador comentou que o sindicato fez documento e mais nada, mas a Câmara também fez documento e mais nada. Questionou onde está a atuação da Câmara, que é fiscalizar o Município. Lembrou que há Servidores dentro desta Casa que são Vereadores e que também fazem parte do plano, como informado pelo próprio Vereador João do Joaquinho. Afirmou que é preciso salvar o plano, mas que, para isso, como a Senhora Lucileia disse, é preciso união. Todavia, apontou que não se pode deixar de falar que existiram, sim, erros. Enfatizou que um Servidor saudável trabalha melhor, rende mais e produz mais. Com a palavra, o Senhor Rafael Oliveira alegou que, se estivesse no cargo de Secretário, Prefeito ou Gestor do plano, não conseguiria dormir à noite ouvindo esses relatos. Mencionou que um companheiro relatou que teve que pagar todos os exames de ultrassom de sua esposa porque o plano não cobriu. Citou ainda caso de Servidor que não consegue fazer tratamento de radioterapia. Disse que a dívida, em 2019, era de 300 mil e questionou como que de 2020 para frente está em 30 milhões. Afirmou que dinheiro tem, pois as pessoas acompanham os atos do Governo e viram que houve movimentação financeira em agosto de R\$ 400 mil e em outubro de pouco mais de R\$ 147 mil, saindo do PAS para redistribuir em outros setores da Prefeitura. Afirmou que nenhum Servidor atrasa o pagamento porque o desconto é feito em folha. Com a palavra, o Senhor Alexandre Crepaldi, do Sinserpu, compartilhou um áudio de um Servidor do Município. Explicou que esse Servidor prestou serviços para o Município de Juiz de Fora por 40 anos e agora está com um problema de saúde e seus tratamentos de hormonioterapia e quimioterapia podem ser interrompidos. Pediu para que as pessoas se coloquem no lugar desses Servidores. Lamentou algumas falas que evitaram atribuir a responsabilidade a quem de fato tem responsabilidade com a atual situação do plano. Perguntou se a culpa seria do Conselho de Gestão, do qual faz parte, do GT, que está trabalhando incansavelmente para encontrar uma saída financeira para o plano, ou dos Servidores. Respondeu que a culpa só pode estar na inoperância e na falta de administração do Poder Público. Comunicou que espera sair daqui hoje com alguma perspectiva de que, até a proposta final da LOA, haja algum plano de melhoria. Avisou que os Servidores vão brigar pelo plano até as últimas consequências, pois ele é um patrimônio do Servidor. Com a palavra, a Senhora Cleia Rita Moraes Moreira disse que a situação do plano não ficou ruim de uma hora para a outra, mas ao longo dos anos, começando com a questão das cotas. Informou que teve uma época em que o Conselho de Gestão, do qual faz parte, foi praticamente dispensado, porque não havia mais reuniões. Falou que o GT formado está fazendo um trabalho importantíssimo. Afirmou que o valor que pagariam em um outro plano seria muito maior do que os Servidores pagam no PAS, sendo que muitos não teriam condições disso. Por isso, destacou a importância desta luta. Em nome dos sindicatos que se uniram para isso, afirmou que esta luta não pode ser palanque para Vereador que tenta diminuir o valor do sindicato, dizendo não foi feito nada, pois está sendo feito sim e há muito tempo, como foi exposto. Disse que há distorções terríveis no plano que precisam ser ajustadas, não podendo deixar como está. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal, em resposta à fala anterior, comunicou que esta Audiência não era para acontecer porque o Senhor Kalam pediu, em ligação, ao Presidente da Casa que ela não ocorresse. Disse achar que o Senhor Kalam tem plano de saúde. Falou, então, que é preciso valorizar o trabalho dos Vereadores, porque estão há quase um ano tentando realizar esta Audiência pública, mas o sistema não deixa, porque a Prefeita, o Governo e os sindicatos estão atuando contra. Falou que não terão seu silêncio. Comunicou que, se querem usar do sistema para fazer as pessoas se acostumarem a irem para o SUS e não procurarem seus direitos, não terão o seu apoio e serão expostos. Informou que são nos gabinetes dos Vereadores que os Servidores estão indo toda semana, precisando de um exame, e os Vereadores precisam conseguir esses exames no SUS. Declarou que esse GT serve para "enrolar", pois basta fazer. Mencionou a fala de uma Senhora do Sinserpu, concordando que é necessária vontade política. O Presidente esclareceu ao Vereador Sargento Mello Casal que o Senhor Kalam não ligou para ele. Passou a palavra aos prestadores de serviço. Com a palavra, o Senhor Wendel de Oliveira Henriques, Diretor da Essencial Saúde e do Família Mais, prestador de serviços, contou que trabalha



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025 ATA APROVADA

com plano de saúde há mais ou menos 20 anos e, há cerca de 3 anos, virou empreendedor com a empresa chamada Essencial Saúde, adquirindo ainda a Família Mais, antiga CMI, onde trabalhou sua vida toda. Informou que sua empresa é de pequeno porte e não possui muitas condições, então está tendo problemas porque o faturamento não é grande e praticamente 60% a 70% de seu atendimento é do Saúde Servidor. Disse que, como está tendo problemas para pagar os Médicos, já perdeu 5 Médicos. Falou que não consegue fazer empréstimos no banco porque a empresa adquirida estava com dívidas, que não conseguiu pagar, assim, a empresa está negativada no Serasa. Expôs que veio pedir ajuda para salvar a sua empresa, porque tem 10 funcionários, este mês tem 13º e a empresa não está recebendo. Mencionou que outros convênios também atrasam o pagamento. Comentou que o aluguel está atrasado e que o último faturamento recebido para o Família Mais foi em abril, para o Essencial Saúde foi em junho, e, no ano passado, deixou de receber duas vezes. Mencionou que passou a operar com cota. Contou que o Família Mais tinha uma cota que era na faixa de 20.000 e a Essencial, 15 mil, porém caiu para 7.000. Comunicou que ainda não suspendeu o atendimento ao Saúde Servidor, porém precisa cobrir essa cota e ele está ficando sem os Médicos. Informou que terá vaga para janeiro e fevereiro e que já ajudou muita gente, mas precisa também de ajuda. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão reforçou que a Secretária de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira tinha que estar nesta Audiência, pois ela falou que no quarto mês ela paga, mas o Senhor Wendel está desde abril sem receber. Enfatizou seu pedido para que os Vereadores leiam o projeto que obriga a presença dos Secretários na Casa. Com a palavra, o Senhor Marcelo Chagas de Souza, Diretor do Laboratório Carlos Chagas expressou-se muito indignado e falou que se compadece com todos. Disse que é muito difícil ter que recusar atendimento a pessoas que vieram de longe, precisam fazer os exames, foram até o local com dificuldades, que não podem interromper tratamento, entre outros casos. Dirigindo-se aos Secretários Matheus e Rogério, falou que vidas importam. Disse que está sem receber de agosto a dezembro de 2024, recebeu de janeiro a abril de 2025 e parou de receber de novo desde julho de 2025. Registrou que são mais de R\$ 300 mil que tem para receber. Declarou que possui 13 unidades, 82 colaboradores e precisa pagar 13º de todo mundo. Afirmou que todo mundo tem que receber, porque todo mundo tem que viver. Pontuou que a saúde é o maior bem maior que as pessoas têm. Pediu que os Secretários se coloquem no lugar de cada um que está aqui e levem esta demanda para a Prefeita Margarida ou quem for o responsável. Declarou-se também frustrado, pois imaginou que trariam uma planilha ou um planejamento. Mencionou que nunca foi chamado na Prefeitura para conversar e montar um planejamento. Afirmou que a situação está ficando insustentável para todo mundo. Com a palavra, o Senhor Ailton Paiva parabenizou o Presidente e disse que às vezes têm divergência, mas a amizade continua. Dirigindo-se ao Secretário Matheus, criticou o seu trabalho, considerando que ele só está no cargo por indicação. Falou que, com o salário que ele recebe, deve pagar um plano de saúde. Disse que tem Servidor aqui que recebe salário mínimo e ainda não consegue ser atendido pelo plano que paga, porque os proprietários das empresas de saúde não podem atender. Declarou que essas pessoas merecem respeito. Pediu que o Secretário Ronaldo olhe também para o SUS, pois existem pessoas que estão há anos esperando para serem atendidas. Falou que também tem certeza que ele tem um bom plano de saúde. Com a palavra, a Senhora Cláudia Maciel Stamp disse que está atualmente na presidência do Conselho de Gestão, tendo assumido ano passado, em maio, com mais 18 membros, sendo 11 titulares. Desde que os novos membros assumiram, contou, fizeram em torno de 15 reuniões. Relatou que realizaram um resgate de uma análise estratégica feita em 2022, conduzida por ela, e solicitaram os esclarecimentos em relação ao cálculo atuarial. Falou que até novembro de 2024 havia um faturamento aberto de 165 milhões, mas acredita que esse valor já foi ultrapassado. Afirmou que o Conselho vem acompanhando sistematicamente toda a situação que envolve o PAS, porque, assim como a Senhora Lucelia, ela também é sócia fundadora, parte do Conselho e usuário do plano há 22 anos, inclusive, usuária hoje, aos 64 anos, oncológica. Disse que a luta pelo plano é grande, mas precisa continuar. Falou que o Conselho concordou em esperar o Fórum Sindical para ter um relatório



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025

ATA APROVADA

que fosse repassado também pela Prefeitura e encaminhado para votação, pois qualquer reajuste ou mudança tem que ser votado pelo Conselho. Reforçou a necessidade de ter ajustes financeiros. Comunicou que o Conselho está aguardando o relatório para saber de que maneira será feito o equilíbrio financeiro. Mencionou que, além da dívida, o relatório, no ano passado, apontou a necessidade de aporte entre R\$ 450 mil e R\$ 700 mil, porém acredita que este ano esse aporte já precisa ser maior. Pediu que as pessoas aguardem e que é do interesse do Conselho que o plano continue. Relatou que também já passou por várias trocas de Médicos, mas não deixou de receber atendimento. Disse que, das 100 mil pessoas seguradas pelo plano, 5.300 são os titulares, 2.000 os cônjuges e 3.269 são aposentados. Falou que JF Prev não pode fazer aporte e disse não saber se, para isso, teria que alterar alguma lei. Pela ordem, o Vereador Pardal disse compartilha também, como Servidor aposentado e usuário do PAS, das dificuldades de atendimento. Também se disse frustrado com esta Audiência, porém não quer ser pessimista e tem expectativa de que possa haver solução de forma rápida e objetiva. Falou que está na expectativa com a fala do Secretário Ronaldo, pois o objetivo desta Audiência não foi alcançado. Pediu que as pessoas não desanimem e parabenizou todos pela mobilização. Passou-se para as considerações finais. Com a palavra, o Secretário Matheus Jacometti informou que conversou com o Fórum Sindical e o relatório preliminar já foi apresentado. Disse que uma reunião semana que vem será marcada para, com o GT e o Fórum, fazer as últimas análises deliberativas do relatório. Explicou que ele mesmo já vem dialogando com inúmeros prestadores ao longo dos meses e intensificará isso, marcando uma reunião já com os dois prestadores que se pronunciaram aqui. Com a palavra, o Secretário Ronaldo Pinto Júnior agradeceu a paciência de todos. Comunicou que sairão daqui incumbidos da tarefa de acelerar o processo dos debates e das tomadas de decisões. Esclareceu que não estão fazendo isso por falta de vontade e que apresentaram uma previsão do relatório na sexta-feira. Disse que tinham intenção de fazer essa reunião esta semana com a audiência pública, porém prorrogaram porque acharam importante fazer a assembleia, realizada ontem à tarde, e vir à Audiência Pública para ter esse momento de debate com os Vereadores e os Servidores juntos. Falou que fizeram uma consulta informal com o GT e concluíram que há condição de aprovar esse relatório na próxima semana, terça ou quarta-feira. Acrescentou que, imediatamente depois da aprovação desse relatório, convocarão a Comissão Especial da Câmara para uma reunião com o intuito de apresentar o relatório e pactuar o calendário dos desdobramentos dele o mais rápido possível, inclusive para aproveitar o calendário legislativo da Câmara até 12 de dezembro. Reforçou o compromisso da defesa do direito estabelecido por lei, direito este que a Administração não recuará, pois esta é uma Administração que conseguiu dialogar e conquistar com os Servidores várias vitórias, inclusive a redução de jornada de trabalho para 30 horas. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal manifestou que a Audiência gerou preocupação, uma vez que, segundo afirmou, o tema vem sendo tratado há anos sem encaminhamentos conclusivos. Destacou que, em seu entendimento, não há necessidade da criação de grupo de trabalho específico, visto que já existem conselhos legalmente instituídos com competência para tratar da matéria. O Vereador apresentou as atribuições do Conselho de Gestão do PAS, conforme previsto no art. 44, ressaltando que cabe a esse órgão fixar políticas, diretrizes e normas gerais, bem como deliberar sobre matérias relativas à administração, operação, modalidades do plano, coberturas assistenciais, auditorias e demais atribuições legais. Também mencionou as competências do Conselho Fiscal, especialmente no que se refere à análise de documentos contábeis, emissão de pareceres e acompanhamento da gestão financeira. Disse que a realização da Audiência Pública permitiu esclarecer as atribuições dos órgãos envolvidos e evidenciar a necessidade de observância das competências legais já existentes, evitando sobreposição de funções. Ressaltou ainda a importância da transparência e do debate público para o esclarecimento da situação aos Servidores. Por fim, destacou que qualquer proposta a ser encaminhada à Câmara deverá atender aos interesses dos Servidores Públicos, reafirmando seu compromisso com o acompanhamento do tema. O Presidente parabenizou o Vereador Sargento Mello Casal e ratificou

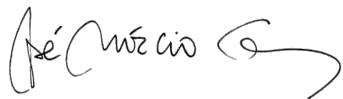


1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025 ATA APROVADA

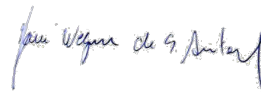
suas palavras dizendo que achou esta Audiência produtiva e que, embora não tenha tido os resultados esperados, muita coisa foi esclarecida hoje. Com a palavra, o Vereador João Wagner Antoniol disse que, a partir daquele momento, caberia ao Poder Executivo apresentar, com a maior brevidade possível, um plano de trabalho e uma solução para a situação do plano de saúde dos Servidores. Destacou a necessidade de celeridade no processo, considerando a dificuldade enfrentada pelos usuários diante da demora no atendimento. Falou ainda sobre a importância da apresentação de planilhas financeiras, com a indicação das fontes de recursos para o equilíbrio do plano, inclusive com a possibilidade de aportes financeiros ou ajustes nas mensalidades, se necessários, ressaltando que o objetivo é garantir o funcionamento do plano e evitar a interrupção dos atendimentos aos Servidores. Por fim, falou dos relatos apresentados durante a audiência e reiterou a disponibilidade de seu gabinete para colaborar com as pautas relacionadas ao plano Saúde Servidor. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado comentou sobre a preocupação com o tema tratado, ressaltando a gravidade da situação envolvendo o Saúde Servidor e a importância da realização desta Audiência Pública. Frisou a contribuição apresentada pelo Senhor Ednaldo, integrante do grupo técnico, mencionando que as informações compartilhadas trouxeram esclarecimentos relevantes aos participantes. Disse que, a partir das exposições, ficou evidenciado o elevado valor da dívida existente, a necessidade de maior aporte financeiro por parte das mantenedoras e a obrigação de honrar os compromissos assumidos. Ao encerrar, destacou que, embora não exista solução sem custos, a maior responsabilidade pelo financiamento do plano de saúde deve recair sobre o Poder Executivo, como forma de valorização do Servidor Público, ressaltando a importância da manutenção e continuidade do plano. O Presidente declarou que a Comissão Especial da Câmara irá se reunir e novos encaminhamentos serão tomados, afirmando que o público ficará ciente. Agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Zé Márcio Garotinho encerrou a Audiência Pública às 19h10min. Estiveram presentes: Senhor Ronaldo Pinto Júnior, Secretário de Governo; Senhor Roberto Kalam, do Sindicato dos Professores; Senhor Matheus Jacometti, Secretário de Recursos Humanos; Senhor Ednaldo Sidclei Ramos, do Sindágua; Senhora Maria Angélica Aguiar, do Sindicato dos Engenheiros; Senhora Deise Medeiros, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juiz de Fora; Senhor José Laerte, Superintendente da Santa Casa de Misericórdia; Senhora Marise Baesso, do Conselho Fiscal do Saúde Servidor; Senhora Cláudia Maciel Tump, do Conselho e Gestora do Plano Saúde Servidor; Senhor Weber Wagner Rodrigues, membro do Grupo de Trabalho do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juiz de Fora e Conselheiro do Plano Saúde Servidor; e Senhora Saionara Apolinário, membro do Grupo de Trabalho do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juiz de Fora e Conselheira do Plano Saúde Servidor. Compareceram os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Antônio Santos de Aguiar (Dr. Antônio Aguiar), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Aparecido Reis Miguel de Oliveira (Cido Reis), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), Jefferson da Silva Januário (Negro Bússola), João Evangelista de Almeida (João do Joaninho), João Wagner de Siqueira Antoniol (João Wagner Antoniol), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Luiz Otávio Fernandes Coelho (Pardal), Marcelo Vitor Mendes Condé (Dr. Marcelo Condé), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado), Roberta Lopes Alves (Roberta Lopes), Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão) e Victor Paulo de Oliveira (Vitinho). Para constar, Carolina Lopes Batista, Assistente Técnico Legislativo - Redator/Revisor, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 6 de janeiro de 2026.



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 18/11/2025
ATA APROVADA



José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal



João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

